

XXVI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS

TRANSFORMAÇÃO HÍDRICA E DIGNIDADE INDÍGENA: UM ESTUDO DE CASO NA TERRA DOS KARIRI XOCÓ

Thiago Paim de Almeida Lana¹; Hersília de Andrade e Santos²; Vinnicius D'Angelo de Mello França³; Márcia Aparecida Coelho⁴; Thiago Batista Campos⁵; Guilherme Guerra Albergaria de Carvalho⁶; Paulo Sérgio da Silva⁷; Fernanda Laurinda Valadares Ferreira⁸; Lorena Olímpio Farias⁹ & João Paulo Paulino Coimbra¹⁰

Abstract: Water Management in Brazil plays a crucial role in environmental preservation and social inclusion, being regulated by the Water Law (Law No. 9,433/1997). The São Francisco River Basin Committee (CBHSF) facilitated the implementation of a water supply system in the indigenous Kariri Xocó community, bringing significant improvements to public health and quality of life. Prior to the project, the community faced high rates of waterborne diseases, such as diarrhea and gastrointestinal infections, due to the consumption of contaminated water. With the operation of the new system, there was a substantial reduction in these diseases, highlighting the importance of continuous access to potable water for the population's well-being. Beyond the health benefits, the water supply also ensured the preservation of Kariri Xocó cultural practices, strengthening their identity and autonomy. The project demonstrates that decentralized and sustainable water management can be an instrument of social justice, promoting inclusion and equity for historically marginalized communities.

Resumo: A gestão hídrica no Brasil desempenha um papel crucial na preservação ambiental e na inclusão social, sendo regulamentada pela Lei das Águas (Lei nº 9.433/1997). O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) viabilizou a implementação de um sistema de abastecimento de água na comunidade indígena Kariri Xocó, proporcionando melhorias significativas na saúde pública e na qualidade de vida. Antes da obra, a comunidade enfrentava altos índices de doenças de veiculação hídrica, como diarreia e infecções gastrointestinais, devido ao consumo de água contaminada. Com a entrada em operação do novo sistema, houve uma redução expressiva nos casos dessas doenças, refletindo a importância do acesso contínuo à água potável para o bem-estar da população. Além dos benefícios sanitários, o abastecimento garantiu a preservação das práticas culturais dos Kariri Xocó, fortalecendo sua identidade e autonomia. O projeto evidencia que a gestão hídrica descentralizada e sustentável pode ser um instrumento de justiça social, promovendo inclusão e equidade para comunidades historicamente marginalizadas.

Palavras-Chave – Gestão Hídrica, Saneamento Básico Indígena, Saúde Pública

1) CEFET - MG, Av. Amazonas, 7675 - Nova Gameleira, Belo Horizonte - MG, 30510-000, lana.civil@gmail.com

2) CEFET - MG, Av. Amazonas, 7675 - Nova Gameleira, Belo Horizonte - MG, 30510-000, hsantos@cefetmg.br

3) DSEI - ALSE, Avenida Durval de Góes Monteiro, 6001, Petrópolis, Maceió - AL, CEP 57062-280, vinniciusdangelo@hotmail.com

4) UERJ - RJ; Rua São Francisco Xavier, 524 - Maracanã, Rio de Janeiro - RJ; 20550-900, marciapacoelho@gmail.com

5) UFOP - MG; Rua Professor Paulo Magalhães Gomes, 122 - Bauxita, Ouro Preto - MG, 35400-000, tbatistacampos@gmail.com

6) FUMEC-BH, Rua Cobre, 200, Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte, MG, CEP 30310-190, guilhermeguerra@hotmail.com

7) UFAL, Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, psalgioal@hotmail.com

8) Agência Peixe Vivo, Rua dos Carijós, 166 - Centro, Belo Horizonte - MG, 30120-060, fernanda.ferreira@agenciapeixevivo.org.br

9) Faculdade Anhangüera, Av. Babita Camargos, 1295 - Cidade Industrial, Contagem - MG, 32210-180, lorena_olimpio@hotmail.com

10) Agência Peixe Vivo, Rua dos Carijós, 166 - Centro, Belo Horizonte - MG, 30120-060, joao.coimbra@agenciapeixevivo.org.br

INTRODUÇÃO

Gestão de recursos hídricos no Brasil

A gestão dos recursos hídricos no Brasil é fundamentada pela Lei das Águas (Lei nº 9.433/1997). Esta lei estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Esse marco legal reconhece a água como bem de domínio público e promove uma gestão descentralizada e participativa assegurando o uso múltiplo dos recursos hídricos e a prioridade do consumo humano em casos de escassez. A partir dessa estrutura organizacional, diversos comitês de bacia hidrográfica foram instituídos para deliberar sobre o planejamento e a implementação de políticas de uso sustentável da água no que tangem suas bacias (BRASIL 1997).

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), criado pelo Decreto Presidencial nº 2.998 de 2001, é um dos Comitês de Bacia Hidrográfica mais relevantes no Brasil, sendo responsável pela gestão das águas do Rio São Francisco. Este, percorre cinco estados brasileiros e abastece milhões de pessoas. O CBHSF atua na formulação de diretrizes para o uso sustentável da bacia com o objetivo de garantir a preservação ambiental e a execução de projetos voltados para a recuperação hídrica e o abastecimento de comunidades vulneráveis (BRASIL 2001).

Um dos principais instrumentos da gestão hídrica, estabelecidos pela lei supracitada, é a cobrança pelo uso da água. Este instrumento visa incentivar o consumo racional e gerar recursos para realizar investimentos na bacia. Os valores arrecadados são direcionados para a preservação de mananciais, infraestrutura hídrica e ações de saneamento básico. A Agência Peixe Vivo, entidade delegatária da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), atua como secretaria executiva do CBHSF, executando suas deliberações ao viabilizar projetos que promovem a segurança hídrica e a inclusão social, deste modo, garantindo que comunidades tradicionalmente esquecidas pelo poder público possam ter acesso a água potável (BRASIL 1997).

A importância do saneamento básico como direito fundamental

O saneamento básico é um dos pilares da saúde pública e da dignidade humana, sendo reconhecido internacionalmente como um direito fundamental. A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Resolução nº 64/292, declarou que o acesso à água potável e ao saneamento é essencial para a plena fruição da vida e dos direitos humanos. No Brasil, a Lei nº 11.445/2007 estabelece diretrizes para a universalização do saneamento, reforçando sua importância para a redução da pobreza, o desenvolvimento sustentável e a equidade social (ONU 2010, BRASIL 2007).

A ausência de saneamento adequado compromete a qualidade de vida, expondo populações vulneráveis a doenças evitáveis e perpetuando ciclos de marginalização. Comunidades sem acesso a água tratada apresentam índices elevados de mortalidade infantil. O acesso à água potável ainda representa um desafio significativo para diversas comunidades indígenas no Brasil.

Contextualização sobre a problemática da falta de acesso à água potável na comunidade Kariri Xocó

Os Kariri Xocó, localizados em Porto Real do Colégio, Alagoas, enfrentaram por décadas graves dificuldades no abastecimento hídrico, dependendo de fontes naturais contaminadas e de um sistema precário de captação. A estação de tratamento existente não possuía isolamento adequado, permitindo a contaminação da água por agentes patogênicos, o que agravava os índices de doenças de veiculação hídrica. Além disso, a baixa vazão do Rio São Francisco dificultava a captação,

tornando o fornecimento instável e insuficiente para atender a população, que atualmente é estimada em 2.650 indígenas.

A precariedade do abastecimento impactava diretamente a saúde pública, resultando em altos índices de doenças gastrointestinais e infecciosas. Relatórios do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) indicavam que a falta de água tratada estava associada a casos recorrentes de diarreia (CID A09), amebíase (CID A06), giardíase (CID A07.1), micoses superficiais (CID B36), esquistossomose (CID B65.1), ascaridíase (CID B77), oxiúriase (CID B80) e outras parasitoses intestinais (CID B83). As faixas etárias mais afetadas eram crianças de 1 a 4 anos, seguidas por crianças de 5 a 9 anos e adultos entre 20 e 39 anos, refletindo a vulnerabilidade dos grupos mais expostos ao consumo de água contaminada.

Figura 1 – Poço de abastecimento comunitário



Fonte: O autor (2022).

Além dos impactos sanitários, a escassez hídrica dificultava a manutenção de práticas tradicionais ligadas ao uso da água em rituais culturais. A ausência de um abastecimento confiável também limitava o desenvolvimento econômico da aldeia, perpetuando ciclos de vulnerabilidade social. A implementação do sistema de abastecimento de água, viabilizada pelo CBHSF por meio aplicação de recursos oriundos da cobrança de uso de recursos hídricos, representou uma resposta concreta a essa problemática, garantindo melhoria na qualidade sanitária, segurança hídrica e fortalecimento da identidade cultural indígena.

Justificativa do estudo de caso e relevância para políticas públicas e gestão de recursos hídricos

Este estudo de caso é relevante para a gestão de recursos hídricos brasileira e para a formulação de políticas públicas voltadas à inclusão social. A experiência dos Kariri Xocó demonstra como a gestão descentralizada da água, por meio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), pode solucionar demandas históricas de comunidades negligenciadas pelo poder público (AGÊNCIA PEIXE VIVO 2021).

O projeto foi viabilizado por meio da cobrança pelo uso da água, mecanismo previsto em lei que permite a arrecadação de recursos para investimentos em infraestrutura hídrica. A execução da

obra foi conduzida pela Agência Peixe Vivo, garantindo que os recursos fossem aplicados de forma eficiente e transparente. Esse modelo de financiamento representa uma alternativa viável para atender comunidades que enfrentam restrições orçamentárias, demonstrando que a gestão hídrica pode ser um instrumento de inclusão e justiça social. Cabe ressaltar que a aprovação da LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2025 implica cortes significativos no repasse deste recurso do Governo Federal para os CBHs, o que restringe sua atuação. (BRASIL 2025)

Objetivos do estudo

Este estudo tem como objetivo analisar os impactos da implantação do sistema de abastecimento de água na comunidade indígena Kariri Xocó, evidenciando as transformações na saúde pública, na qualidade de vida e na dignidade dos moradores a partir do acesso a água potável. A pesquisa busca narrar os desafios enfrentados durante a execução da obra em território indígena, incluindo aspectos culturais e estruturais, além de destacar a importância da cobrança pelo uso da água como mecanismo fundamental para viabilizar projetos de saneamento e inclusão social. A análise também explora como a implementação desse sistema representa um avanço significativo na luta pela universalização do saneamento básico, reafirmando que o direito à água é essencial para o desenvolvimento humano e social, especialmente para comunidades historicamente marginalizadas.

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de natureza aplicada, utilizando um estudo de caso para investigar os impactos da implementação do sistema de abastecimento de água na comunidade indígena Kariri Xocó. A abordagem escolhida combina métodos qualitativos, observações do autor, e quantitativos, dados epidemiológicos, permitindo uma análise dos efeitos da obra na qualidade de vida e na saúde pública da população.

Seleção do caso a ser estudado

A comunidade Kariri Xocó, localizada em Porto Real do Colégio, Alagoas, foi escolhida como objeto de estudo devido ao seu histórico de dificuldades no acesso à água potável e à relevância da infraestrutura hídrica implantada pelo CBHSF. O projeto representa uma intervenção estratégica na gestão de recursos hídricos, financiada por meio da cobrança pelo uso da água, tornando-se um modelo representativo de soluções para comunidades indígenas. (AGÊNCIA PEIXE VIVO 2019)

Coleta e análise de dados

A coleta de dados para este estudo baseou-se em fontes secundárias. Foram consultados relatórios do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), que apresentam indicadores de saúde da comunidade Kariri Xocó antes e depois da implementação do sistema de abastecimento de água, permitindo uma comparação quantitativa dos impactos sanitários gerados pela obra. Além disso, foram analisados documentos técnicos da Agência Peixe Vivo, que detalham os aspectos operacionais e financeiros do projeto, fornecendo informações sobre sua viabilidade e execução. Foi realizada uma observação direta da infraestrutura implantada, examinando suas condições operacionais e verificando a adequação da obra às necessidades da comunidade. Dessa forma, a abordagem metodológica adotada possibilitou uma investigação dos efeitos da obra. Foi realizada uma análise comparativa entre os indicadores de saúde antes e depois da operacionalização do projeto. O estudo

baseou-se em relatórios do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), que documentam os índices de doenças de veiculação hídrica na comunidade ao longo dos anos.

Limitações do estudo

Como limitação destaca-se à dificuldade na obtenção de registros históricos detalhados sobre a situação hídrica da comunidade antes da obra. Muitos dos dados sobre o abastecimento anterior são fragmentados ou provenientes de relatos informais, o que dificulta uma reconstrução precisa da realidade pré-intervenção. A ausência de medições sistemáticas sobre a qualidade da água antes da obra impede uma comparação numérica mais robusta entre os períodos pré e pós-implantação.

RESULTADOS

A implantação do sistema de abastecimento de água

A implantação do sistema de abastecimento de água na comunidade Kariri Xocó, em Porto Real do Colégio, Alagoas, representou um marco na infraestrutura hídrica indígena, combinando tecnologia avançada, eficiência operacional e respeito às tradições culturais. A execução do projeto foi planejada para atender 4.200 indígenas em um horizonte de 20 anos, garantindo um fornecimento contínuo e seguro de água potável. Para viabilizar a iniciativa, a Agência Peixe Vivo contratou uma empresa especializada para desenvolver o projeto executivo do sistema, propondo soluções para o abastecimento da aldeia e respeitando as especificidades do território. (AGÊNCIA PEIXE VIVO 2019)

Figura 2 – Captação de Água no rio São Francisco



Fonte: O autor (2022).

A captação da água foi projetada para ocorrer por meio de uma balsa flutuante na margem do Rio São Francisco, garantindo redundância no sistema e maior segurança operacional. Esta balsa é equipada com duas bombas independentes, capazes de bombear 26 litros de água bruta por segundo para o sistema. Após a captação, a água bruta percorre 2,2 km de rede adutora em tubulação PVC-O de 200 mm de diâmetro até a estação de tratamento, localizada a montante da porção principal da

aldeia. Esse sistema foi projetado com quadros automatizados que operam desde a adução, a dosagem dos produtos químicos de tratamento de água e a distribuição da água tratada, reduzindo a necessidade de manutenção e representando um avanço técnico significativo. Após o tratamento, a água é armazenada em um reservatório de concreto de 250 mil litros, que abastece a aldeia por gravidade. Além disso, parte da água tratada é direcionada para um reservatório de PRFV (plástico reforçado de fibra de vidro) de 20 mil litros, localizado em uma área em expansão da comunidade, enquanto o restante segue para um reservatório elevado de concreto no Vale do Ouricuri, com capacidade de 220 mil litros, garantindo abastecimento para um dos locais mais simbólicos da cultura Kariri Xocó. (AGÊNCIA PEIXE VIVO 2021)

Figura 3 – Aldeia Kariri Xocó e a Estação de Tratamento de Água à montante



Fonte: O autor (2022).

Figura 4 – Ouricuri



Fonte: O autor (2022).

O Ouricuri é um território sagrado onde são realizados rituais espirituais, encontros comunitários e decisões políticas, sendo um espaço de fortalecimento da identidade indígena. O ritual do Ouricuri ocorre anualmente, reunindo milhares de indígenas e reforçando a conexão entre os membros da comunidade e suas tradições ancestrais. A inclusão desse ponto no sistema de abastecimento demonstrou o compromisso do CBHSF e do projeto em atender não apenas às

necessidades sanitárias, mas também às demandas culturais dos Kariri Xocó, garantindo que a água chegue a um dos locais mais simbólicos para a comunidade. (AGÊNCIA PEIXE VIVO 2020)

A operacionalização do sistema é realizada pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Alagoas e Sergipe, que conta com o suporte dos Agentes Indígenas de Saneamento (AISANS). Os AISANS desempenham um papel essencial na manutenção e monitoramento do abastecimento, atuando diretamente na comunidade para garantir que o sistema funcione de maneira eficiente e atenda às necessidades dos moradores. Além disso, o sistema conta com 10,4 km de redes de distribuição e cerca de 1.000 ramais hidrometrados, permitindo um controle preciso do consumo e evitando desperdícios. (AGÊNCIA PEIXE VIVO 2021)

Os desafios de obras em territórios indígenas

A implantação do sistema de abastecimento de água na comunidade Kariri Xocó enfrentou desafios que vão além dos aspectos técnicos e estruturais, envolvendo questões sociais, culturais e institucionais. A aceitação da obra pela população foi um dos primeiros obstáculos, pois muitos indígenas demonstraram receio em relação à intervenção externa, temendo que a chegada de forasteiros pudesse comprometer sua autonomia e tradições. O impacto das obras no cotidiano da aldeia também gerou desconforto, uma vez que a movimentação de máquinas e trabalhadores alterou a dinâmica da comunidade, exigindo um processo de adaptação gradual.

Além da resistência inicial, houve dificuldades logísticas relacionadas ao acesso a materiais e mão de obra qualificada. A localização da aldeia e a infraestrutura precária dificultaram o transporte de equipamentos, atrasando etapas da construção. A obtenção de suporte da concessionária de energia para a ligação do sistema também foi um desafio, pois a oferta de carga necessária para o funcionamento da estação de tratamento exigiu negociações prolongadas. Outro fator crítico foi a recusa de empresas terceirizadas em prestar serviços na comunidade, muitas vezes motivada por preconceitos e desinformação. Os desafios culturais também se manifestaram na relação entre os trabalhadores da obra e os indígenas. Conflitos internos entre lideranças indígenas surgiram ao longo do processo, refletindo diferentes visões sobre a melhor forma de conduzir a implementação do sistema.

Apesar dos desafios, o projeto contou com o apoio fundamental do cacique, do conselho tribal indígena, do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), que atuaram para garantir que a obra respeitasse os direitos e tradições da comunidade. A interrupção das obras para a realização de rituais culturais foi um aspecto essencial do processo, demonstrando que a construção precisava se adaptar ao calendário e às práticas espirituais dos Kariri Xocó.

Impactos na saúde e qualidade de vida

A implementação do sistema de abastecimento de água trouxe impactos significativos na saúde pública e na qualidade de vida dos indígenas. Antes da obra, a população enfrentava graves dificuldades sanitárias, com altos índices de doenças de veiculação hídrica, como diarreia, infecções gastrointestinais e parasitoses, diretamente relacionadas ao consumo de água contaminada. Os relatórios do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) indicavam que, em 2022, foram registrados 80 casos de doenças hídricas, sendo a diarreia a mais prevalente, com 31 notificações. Em 2023, houve uma redução significativa, totalizando 55 casos, e a doença predominante passou a ser micoses superficiais, demonstrando uma possível melhora na qualidade da água. Contudo, em 2024, os registros voltaram a subir para 94 casos, o que pode estar associado ao aumento do monitoramento

epidemiológico e à ampliação das notificações. No primeiro semestre de 2025, os números mostraram uma queda expressiva, atingindo 29 casos, refletindo os impactos positivos do novo sistema de abastecimento. (CBHSF 2025)

Figura 5 – Laboratório SAA



Fonte: O autor (2023)

Figura 6 – Produtos Químicos para tratamento



Fonte: O autor (2023)

Com a entrada em operação do sistema de abastecimento, a água potável passou a ser distribuída de forma contínua e segura, garantindo melhores condições sanitárias para os moradores. O abastecimento eficiente reduziu os riscos de exposição a agentes patogênicos, contribuindo para a diminuição das doenças gastrointestinais. As faixas etárias mais acometidas ao longo dos anos foram crianças de 1 a 4 anos, seguidas por crianças de 5 a 9 anos, além dos adultos entre 20 a 39 e 40 a 59 anos, grupos que apresentam maior consumo e exposição ao ambiente.

A qualidade da água distribuída na comunidade passou por monitoramentos sistemáticos para assegurar que os padrões sanitários fossem cumpridos após a implementação do sistema de abastecimento. Os resultados das análises laboratoriais indicaram que a água distribuída atende às exigências da Portaria GM/MS nº 888/2021, com indicadores plenamente satisfatórios. A cor aparente foi registrada em 5 uH, dentro dos limites recomendados (VMP: 15 uH), e a turbidez apresentou um valor de 1,66 uT, ficando abaixo do valor máximo permitido de 5 uT, garantindo a claridade e pureza da água. Além disso, o nível de cloro residual livre na amostra foi de 0,6 mg/L, assegurando a eficiência do processo de desinfecção, fundamental para a eliminação de agentes patogênicos. (Painel SIASI 2025)

A água como agente de transformação e conexão

A gestão hídrica desempenha um papel crucial na preservação dos territórios indígenas, garantindo que os recursos naturais sejam utilizados de maneira sustentável e que as comunidades tenham autonomia sobre seu abastecimento. A conexão entre saneamento, sustentabilidade e dignidade humana é um dos pilares da gestão hídrica eficiente. O acesso à água potável e ao saneamento básico não apenas reduz doenças de veiculação hídrica, mas também promove equidade social e desenvolvimento sustentável. A ONU reconhece o saneamento como um direito humano fundamental, destacando que sua ausência compromete a saúde, a educação e a economia.

Durante a inauguração do sistema de abastecimento de água para a comunidade Kariri-Xocó, o presidente do CBHSF, Maciel Oliveira, explicou que anteriormente o sistema era “deficitário” e permitia contaminações, destacando a importância da nova estrutura para a saúde local. Já o coordenador da CCR Baixo São Francisco, Anivaldo Miranda, afirmou que “esta conquista [...] é

fruto da política participativa de recursos hídricos” e enfatizou que o CBHSF ficou satisfeito em viabilizar um projeto que proporciona dignidade à comunidade. Entre os Kariri-Xocó, José Eudes Militão o chamou de “momento histórico para a nossa comunidade”, enquanto o cacique José Cícero agradeceu ao Comitê “pela execução do projeto que beneficiará todos” e Nadinho celebrou um “olhar sensível que ajudará a melhorar a qualidade de vida e a saúde”. Essas falas ilustram percepções positivas e a participação ativa da comunidade nas decisões do CBHSF. (CBHSF 2023)

CONCLUSÃO

A implantação do sistema de abastecimento de água na comunidade Kariri Xocó, viabilizada por meio dos recursos da cobrança pelo uso da água, trouxe uma perspectiva concreta de redução das doenças de veiculação hídrica. Antes da obra, a população enfrentava altos índices de enfermidades gastrointestinais e parasitárias, diretamente associadas ao consumo de água contaminada. Relatórios do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) indicavam que a precariedade do abastecimento comprometia a saúde dos moradores, especialmente crianças e idosos, que apresentavam maior vulnerabilidade a infecções.

Com a entrada em operação do novo sistema, é possível perceber uma melhora expressiva na qualidade da água distribuída, garantindo um abastecimento contínuo e seguro, entretanto não é possível afirmar que esta melhora está relacionada somente ou diretamente com a operação do sistema. A estação de tratamento automatizada e a estrutura de reservação permitiram que a água chegasse às residências em condições adequadas para o consumo, eliminando os riscos de contaminação. Essa mudança indica impactos diretos nos indicadores de saúde da comunidade, reduzindo a incidência de diarreia, infecções gastrointestinais e doenças parasitárias, conforme apontado nos levantamentos realizados após a implementação do sistema.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), ao CEFET-MG bem como à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, ao CBHSF e à Agência Peixe Vivo.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA PEIXE VIVO (2021). *Anexo I - Termo de referência ato convocatório nº 006/2021*. Belo Horizonte – MG, 57 p. Disponível em: https://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/media/2021/03/ANEXO_I_TDR_Execucao-SAA-Kariri-Xoco.pdf
- AGÊNCIA PEIXE VIVO (2021). *Anexo I - Termo de referência ato convocatório nº 015/2021*. Belo Horizonte – MG, 17 p. Disponível em: https://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/media/2021/05/ANEXO_I_TDR_Fiscalizacao-Pessoa-Fisica_Obras-SAA.pdf
- AGÊNCIA PEIXE VIVO (2020). *Anexo I - Termo de referência ato convocatório nº 031/2020*. Belo Horizonte – MG, 59 p. Disponível em: https://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/media/2020/10/ANEXO_I_TDR_Cercamento-Ouricuri_ATO-31-2020.pdf
- AGÊNCIA PEIXE VIVO (2019). *Anexo I - Termo de referência ato convocatório nº 010/2019*. Belo Horizonte – MG, 36 p. Disponível em: https://cdn.agenciapeixe vivo.org.br/files/uploads/2019/05/ANEXO_I_TDR_Kariri-Xoc%C3%B3_ATO_010_2019.pdf

BRASIL (1997), *Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997*, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm, acesso em 20/05/2025.

BRASIL (2001), *Decreto Presidencial* disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fvjy1gbkMsvyW7s2ZtMpI5P2fwELNLAt/view>, acesso em 20/05/2025.

BRASIL (2025), *Orçamentos anuais 2025*, disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamentos-anuais/2025>, acesso em 20/05/2025.

BRASIL (2007), *Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007*, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm, acesso em 20/05/2025.

CBHSF (2023), *Comunidade indígena Kariri-Xocó recebe sistema de abastecimento de água do CBHSF*, disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/comunidade-indigena-kariri-xoco-recebe-sistema-de-abastecimento-de-agua-do-cbhsf/>, acesso em 20/05/2025.

CBHSF (2023), *Entrega oficial do sistema de abastecimento de água para a comunidade indígena Kariri-Xocó em Porto Real do Colégio (AL) é tema do novo vídeo do CBHSF*, disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/entrega-oficial-do-sistema-de-abastecimento-de-agua-para-a-comunidade-indigena-kariri-xoco-em-porto-real-do-colegio-al-e-tema-do-novo-video-do-cbhsf/>, acesso em 20/05/2025.

CBHSF (2023), *Os índios Kariri-Xocó*, disponível em: https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/cultura_blog/os-indios-kariri-xoco/, acesso em 20/05/2025.

Correio do Povo Penedo (2024), *CBHSF entregará em 31/03 uma das maiores do Baixo São Francisco: a ETA dos Kariri-Xocó*, disponível em: <https://correiodopovopenedo.com.br/noticia/2024/04/10/cbhsf-entregara-em-31-03-uma-das-maiores-do-baixo-sao-francisco-a-eta-dos-kariri-xoco>, acesso em 20/05/2025.

CBHSF (2023), *Revista Travessia - Edição 66*, disponível em: https://issuu.com/cbhsaofrancisco/docs/travessia_66_mai2023_issuu/s/25410251, acesso em 20/05/2025.

082 Notícias (2023), *CBHSF inaugura sistema de abastecimento de água na comunidade indígena Kariri-Xocó nesta sexta, 31*, disponível em: <https://082noticias.com/2023/03/29/cbhsf-inaugura-sistema-de-abastecimento-de-agua-na-comunidade-indigena-kariri-xoco-nesta-sexta-31/>, acesso em 20/05/2025.

CBHSF (2023), *Podcast Travessia 148 no ar: Saiba mais sobre a entrega do sistema de abastecimento de água para a comunidade indígena Kariri-Xocó*, disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/podcast-travessia-148-no-ar-saiba-mais-sobre-a-entrega-do-sistema-de-abastecimento-de-agua-para-a-comunidade-indigena-kariri-xoco/>, acesso em 20/05/2025.

CBHSF (2023), *Tribo dos Kariri-Xocó em Alagoas receberá investimento para garantir qualidade da água*, disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/tribo-dos-kariri-xoco-em-alagoas-recebera-investimento-para-garantir-qualidade-da-agua/>, acesso em 20/05/2025.

CBHSF (2025), *Tribo dos Kariri-Xocó em Alagoas receberá investimento para garantir qualidade da água*, disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/agua-tratada-devolve-saude-e-dignidade-a-aldeia-kariri-xoco/>, acesso em 18/06/2025.

ONU (2010), *Resolução A/Res/64/292 sobre o direito humano à água e ao saneamento*, disponível em: <https://docs.un.org/en/A/Res/64/292>, acesso em 20/05/2025.

SIGASF (2021). *Relatório de Fiscalização 01 a 16*. Belo Horizonte – MG, 835 p. Disponível em: https://sigasf.cbhsaofrancisco.org.br/relatorio_de_projeto.html?id=245